

Estabilidade: acordo quase fechado

BRASÍLIA — Está praticamente fechado entre os diversos grupos da Constituinte o acordo, elaborado a partir de emenda do Deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), que prevê a garantia da relação de emprego, regulada em lei complementar, que assegurará indenização compensatória, sem prejuízo de outros direitos. A proposta já é aceita pelo Líder do PMDB, Mário Covas (SP), mas ainda encontra resistências no Centrão, que deseja fixar a indenização como única forma de proteção ao emprego.

Para garantir isto, o Centrão entende necessária a fórmula que prevê a garantia de emprego "mediante indenização". Mas o grupo ficou em situação difícil, ontem, quando a proposta de acordo, elaborada na residência do Senador Mário Covas, na presença de representantes do "Grupo dos 32" e do "Centrinho", além do próprio Centrão, recebeu o apoio dos Presidentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio Medeiros. Pela manhã, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Senador Albano Franco (PFL-SE), já havia manifestado apoio à proposta.

Mas o fato de maior relevância, na avaliação do Deputado Ronaldo César Coelho, foi o apoio do Senador Mário Covas, que vinha resistindo à troca da estabilidade pela indenização. O texto original previa "relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, regulada em lei complementar, que assegurará indenização compensatória, sem prejuízo de outros benefícios". Num almoço com representantes do PMDB e do "Centrinho", o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, solicitou a troca do termo "protegido" por "garantido". Também pediu esforços em torno de um acordo, porque — na sua avaliação — a aprovação deste tema resultará na desobstrução dos trabalhos da Constituinte.

Já na reunião, foi feita a segunda alteração: a troca do termo "benefícios" por "direitos". Mas a principal exigência do Centrão, representado



Covas e Albano Franco (à direita) concordam com a mesma proposta

na reunião pelos Deputados Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) e José Geraldo (PMDB-MG), a inclusão da expressão "mediante indenização", não foi aceita pela Liderança do PMDB.

O Deputado Antônio Brito argumentou que, sem esta expressão, que "engessa" a indenização na Constituição, o Líder do PMDB aceita trabalhar pela aprovação da emenda. Mas não há como ceder além deste ponto. Já o Deputado José Geraldo, informou que a exclusão da expressão "mediante indenização" provoca resistências no Centrão. Mas acrescentou que é possível um acordo, porque "encontramos o espírito do

acordo, embora ainda não tenhamos as palavras exatas".

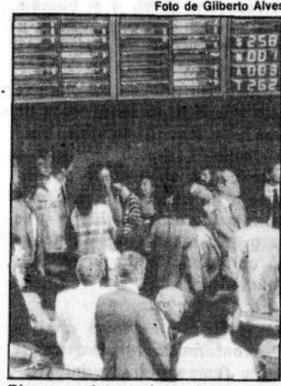
O Centrão teme a flexibilidade proporcionada pela emenda. Segundo avalia José Geraldo, a proposta prevê a possibilidade de demissão compensada por indenização ou outras formas, como também alguns casos em que este vínculo não pode ser rompido. Brito também entende que a lei será flexível, podendo diferenciar os casos onde deverá haver a indenização ou outras formas de compensação. Mas Ronaldo César é taxativo: deixa claro que a sua proposta acaba definitivamente com a estabilidade no emprego, substituindo-a pela indenização, sem prejuízo de outros direitos.

Ulysses pede na TV presença dos Constituintes

Os cinco minutos, transmitidos em cadeia nacional de rádio e TV, do programa institucional "Diário da Constituinte" de ontem foram utilizados pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para apelar aos deputados que compareçam às sessões e mostrar o que já foi aprovado pelo Plenário.

— Você não tem o direito, Constituinte, de ficar em seu Estado. E eu faço este apelo para defender sua mulher, seus filhos, seu Estado e seu município, para termos uma situação que corresponda àquilo que de você espera a opinião pública. Que você esteja em Brasília, no Congresso Nacional, na Constituinte, dizendo sim ou não de acordo com a sua consciência.

Ulysses frisou que somente assim a Constituição será elaborada "rapidamente e com qualidade", fixando as definições fundamentais à Nação. De acordo com o Presidente da Constituinte, "o progresso extraordinário" da nova Carta pode ser medido pela aprovação do mandato de segurança coletivo, do mandato de injunção e do "habeas-data".



Placar registra a falta de quorum

Ontem, às 11h50m, Ulysses foi obrigado a encerrar a sessão do dia da Constituinte depois de anunciar falta de quorum para a votação. A lista de chamada registrou a presença de 262 parlamentares que, no plenário, passaram toda a manhã discutindo temas variados e alheios à Constituição. Durante as

duas horas e meia gastas no "pinga-fogo", fizeram-se sugestões para punir os faltosos e acelerar as votações.

Mesmo constatando o baixo índice de presença dos Constituintes, Ulysses fez nova convocação para as sessões deste fim de semana.

— Foi a própria Assembléia Constituinte que convocou os parlamentares para um trabalho ininterrupto, até nos sábados e domingos. Esta convocação traduziu o apelo e a pressão popular, e eu não tenho força nem autoridade pessoal ou regimental para desconvoçá-la — disse Ulysses Guimarães para um plenário dividido entre manifestações de apoio e repúdio à decisão.

Enquanto surgiam várias idéias sobre como enfrentar a morosidade das votações, Ulysses se dirigiu a seu gabinete com previsões, baseadas em dados estatísticos do Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), de que, a prevalecer o atual ritmo de trabalho, serão necessárias mais 400 sessões até que se vote toda a nova Constituição.

Deputado quer punir ausentes por falta de decoro

BRASÍLIA — Uma conversa de 15 minutos com o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, animou o Deputado Maurício Fruet (PMDB-PR) a apresentar, na sessão de hoje, uma questão de ordem pedindo o enquadramento dos parlamentares faltosos nos artigos sobre a falta de decoro parlamentar. Isto pode sujeitá-los a penas de censura, suspensão ou cassação de mandato.

Fruet tomou a iniciativa com base no Regimento Interno da Câmara, já que o da Constituinte é omissivo. — Na verdade está havendo um processo coletivo contra os faltosos

— explicou. O Deputado paranaense desistiu de propor a cassação do mandato dos que faltassem a três sessões consecutivas ou a cinco, alternadas. O problema para este tipo de projeto é a atual Constituição.

Como não há tempo nem vontade para mudanças na Constituição atual e mesmo no Regimento Interno, Maurício Fruet preferiu, com o estímulo de Ulysses, recorrer aos artigos 260, 261 e 262 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O artigo 260 diz que o parlamentar que abusar das prerrogativas inerentes

ao seu mandato ou praticar ato que afete a sua dignidade está sujeito a: censura, suspensão de mandato, ou perda de mandato. A censura, pelo artigo 261, poderá ser verbal ou escrita.

A censura, de acordo com o artigo 262, será aplicada aos que praticarem transgressão reiteradas aos preceitos do Regimento. "Como o Regimento obriga o comparecimento às sessões, eles podem ser enquadrados neste artigo", interpreta Fruet. Ele fará um projeto de decisão, em regime de urgência, adaptando esses artigos.

Antônio Carlos critica pressa por Constituição

BRASÍLIA — Poucas horas após o Presidente Sarney, no programa "Conversa ao Pé do Rádio", condenar os "pregoeiros de desgraças" e dizer que "estão querendo botar fogo no País", três Ministros saíram ontem de conversas no Palácio da Alvorada, reforçando as posições do Chefe do Governo. Contundente, o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, acusou o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de estar conduzindo a Constituinte de acordo com os seus interesses e não os do País. Ele criticou também os apelos de Ulysses em favor da promulgação, o mais rápido possível, da Constituição. Segundo ele, a Constituinte foi convocada para escrever um texto que atenda à vontade do povo brasileiro e, portanto, não há por que exigir pressa dos Constituintes.

— Ulysses está conduzindo a Constituinte para ele e não para o País. Antônio Carlos esteve durante duas horas com Sarney e depois afirmou que manifestações de pessoas influentes, como Ulysses Guimarães, contra as Forças Armadas só contribuem para enfraquecer as instituições democráticas.

O Ministro admitiu que há um sentimento comum no Governo quanto à existência de uma campanha orquestrada por setores da oposição contra o Presidente Sarney. Mas advertiu que este movimento não vai atingir os seus objetivos. Indagado se o Governo vai reagir à campanha, respondeu:

— O Governo não tem que reagir. Não vai se deixar envolver pelo jogo dos adversários.

Embora sem apontar "os pregoeiros de desgraças", mencionados por



O Ministro, durante a entrevista

Sarney, Antônio Carlos disse que eles estão dentro e fora da Constituinte:

— Estas pessoas estão tentando desestabilizar o Governo. Mas não conseguirão. A nota do Ministro Leônidas em resposta a Ulysses foi perfeita. Tanto que Ulysses recuou. Este episódio está encerrado.

Sobre as críticas ao Governo, por parte de diversos setores da sociedade, disse que são injustas na medida que o Presidente Sarney não é o único responsável pela situação do País.

Na opinião do Ministro, não há crise nas relações entre o Executivo e o Legislativo, mas um interesse do Governo em que a Constituinte e o Congresso cumpram com o seu de-

ver. Sobre a perspectiva de golpe militar ante o quadro de crise política e econômica, afirmou:

— Não vai haver golpe, porque não há clima para isso. E os militares não gostam de dar golpes.

O Ministro da Reforma Agrária, Jäder Barbalho, também esteve no Palácio da Alvorada e conversou demoradamente com Sarney e o Ministro Antônio Carlos Magalhães. Ao sair, disse que Sarney está muito tranquilo e não fez qualquer comentário sobre a situação política. Entretanto, na conversa sobre o assunto com o Ministro das Comunicações, ambos concordaram em que forças opositoras estão querendo levar o País a um impasse.

Jäder Barbalho criticou os políticos do seu partido, o PMDB, por se colocarem neste momento contra o Governo. Dizendo-se um dos fundadores do partido, acusou o Senador Fernando Henrique Cardoso de se comportar de maneira anti-ética:

— Fernando Henrique queria romper com o Governo antes do Plano Cruzado e depois dos resultados resolveu permanecer no Governo.

Antes de conversar com Antônio Carlos e Jäder, Sarney recebeu de manhã no Palácio da Alvorada o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, que também saiu do encontro em defesa do Governo:

— Parece que existe um espírito mais ou menos desvirado e generalizado contra o Governo, com o propósito de chegar aonde, eu não sei — disse Brossard.

Sem citar nomes — a exemplo do que fizeram Sarney, Antônio Carlos e Jäder —, o Ministro apontou a existência de "pessoas que querem pôr um fim" ao processo de transição.

BRASÍLIA — O Senador Virgílio Távora (PDS-CE) já está com a relação dos parlamentares que estavam atrás, na frente e dos lados do Constituinte que votou como se fosse o Deputado Sarney Filho na sessão do último dia 9, terça-feira antes do carnaval. O fraudador votou duas vezes em nome de Sarney Filho, e nas duas vezes tinha ao lado um Deputado do PFL do Maranhão, segundo informou um parlamentar que teve acesso ao trabalho dos técnicos que reconstituíram a votação.

O primeiro voto fraudado foi a favor da emenda do Centrão, que garantia o direito à propriedade e inde-

nização em dinheiro nos casos de desapropriação. Depois, ainda em nome de Sarney Filho, o fraudador votou contra o texto referente ao assunto da Comissão de Sistematização.

A ausência de Sarney Filho foi notada pelo Deputado Haroldo Sabóia (PMDB-MA). Ele costuma conferir os votos de todos os maranhenses e viu o nome de Sarney Filho no painel, embora soubesse que o filho do Presidente da República estava no Maranhão. A denúncia formal, no entanto, coube ao líder do PDT, Brandão Monteiro. Um dos membros da comissão que apura a fraude, o

Deputado José Carlos Martinez (PMDB-PR), viajou ontem para Curitiba. Com isso, Virgílio Távora só poderá terminar o trabalho de apuração na próxima semana. O resultado vai para o Corregedor, que é o Segundo-Vice-Presidente da Constituinte, Deputado Jorge Arbage (PDS-PA), mas a punição a ser aplicada ao infrator será decidida pela Mesa.

Nos casos de advertência pública ou de suspensão, a Mesa tem autonomia para decidir e aplicar. Mas para a cassação de mandato, o plenário da Câmara dos Deputados ou o do Senado terá de se manifestar, em votação secreta.

Moreira: PMDB só deve lançar nome após Carta

BRASÍLIA — Depois de uma hora e 15 minutos de conversa reservada com o Deputado Ulysses Guimarães, o Governador do Rio, Moreira Franco, disse ontem que o PMDB só deve lançar seu candidato à sucessão presidencial após a conclusão da nova Constituição, fixando-se numa candidatura capaz de unir o partido.

— Creio que os Governadores e as lideranças apoiarão o candidato que mais una o PMDB. Unido e profundamente vinculado às aspirações populares e retomando as bandeiras que implicam mudanças econômicas e sociais, o PMDB ganhará a eleição — afirmou o Governador.

Segundo Moreira, o lançamento formal do candidato do PMDB à sucessão presidencial deve ocorrer como ponto final de um processo de renovação interna, com a realização das convenções nacional, regional e municipal e após as decisões da

Constituinte. Na mesma linha de comedimento, Ulysses esquivou-se de falar em candidaturas. Disse que que só depois da Constituinte anunciará sua decisão pessoal. E reafirmou:

— Vamos enfrentar esse assunto, de corpo inteiro, depois da Constituinte.

Ulysses também pediu o apoio do Governador ao esforço no sentido de se concluir a nova Constituição até o dia 21 de abril. Na próxima semana, ele prosseguirá os contatos com Governadores do PMDB e o primeiro da lista é Waldyr Pires, da Bahia. Na quinta-feira, o Deputado telefonou para o Presidente Sarney para saber seu roteiro de viagens ao exterior, uma vez que não deseja se afastar do comando dos trabalhos da Constituinte.

Moreira disse que fará gestões junto à bancada federal para que a

nova Constituição seja concluída o mais rápido possível.

No encontro, Ulysses disse também a Moreira que a reunião do Diretório Nacional do PMDB, prevista inicialmente para o próximo dia 24, foi adiada porque o prazo de publicação do edital de convocação foi esgotado. O Deputado garantiu que ela será realizada em outra oportunidade, mas negou que o principal motivo do adiamento tenha sido evitar eventuais divisões no partido em plena votação da Constituição.

Apesar de as recentes críticas à Junta Militar terem sido interpretadas, no Planalto e no Congresso, como a adoção da postura de candidato que começa a queimar etapas para disputar a sucessão presidencial, Ulysses negou essa versão.

— Não pensei nisso. Eu só analisei a Constituinte.

BRASAS

INGLÊS NA META
NOVO ENDEREÇO
RUA ROBERTO SILVEI